

**Impugnação 20/01/2022 15:32:45**

IMPUGNAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL com fulcro no que prevê o artigo 41, §2º da Lei Nº 8.666-93 cumulado com artigo e 24 do Decreto Nº 10.024/19 e com item 18.1.2 do edital, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos; I. DO BREVE RELATO DOS FATOS Encontra-se previsto para os 21 (vinte e um) dias do mês de Janeiro do ano corrente às 09 horas e 00 minutos, o início da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2022, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia., em propositura global, isto é, por uma única empresa, como se estes interligadas/iguais fossem e/ou se inter- relacionassem comercialmente entre si, o que de plano já demonstra patente cerceamento competitivo aos seus termos, motivo pelo qual argui-se. Corroborando o acima citado, temos a junção de serviços voltados a Autoridades Certificadoras – AC, das quais encontram-se regulamentadas pela Infra- Estrutura de Chaves Públicas do Brasil – ICP-Brasil e o Instituto de Tecnologia da Informação, nos itens 5.3.38., 8.4.34., 8.4.35., 9.3.25; enquanto os demais itens são voltados para prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia, isto é, demandam contratação de objetos distintos, o que acarretará no encarecimento por consequência, da demanda. 2 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. Em outras palavras, ocorre que o instrumento editalício disponibilizado encontra-se eivado de irregularidades latentes, dentre elas, destaca-se a inobservância a legalidade, o que vai de encontro aos princípios basilares administrativos, tais como o da proposta mais vantajosa à Administração e da competitividade, condição “sine qua non” para a manutenção de quaisquer meios aquisitivos pelo Poder Público, por encontrar-se a margem do normativamente disposto, quando do agrupamento dos objetos, por isso não guarda assento em prosperar-se. (...) Logo claríssimo a luz solar se faz o fato de encontrar-se em inviabilidade a continuidade do feito como se encontra. III- DOS PEDIDOS Ante ao exposto, inerentes aos princípios da conveniência e da oportunidade argui-se a nulidade do procedimento licitatório em epígrafe por fortes indícios de ilegalidade aos seus termos, motivo pelo qual impugna-se.

Fechar